

Já se prevê um choque heterodoxo

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O pacote econômico do governo é uma tentativa de conter a reaceleeração inflacionária notada no último trimestre, e, na melhor das hipóteses, caso as medidas nele contidas surtam efeito, a inflação em 1986 ficará no patamar de 200 a 220% segundo análise feita ontem pelos economistas Paulo Guedes, Uriel Magalhães e Virgílio Gibbon, em debate realizado na Andima — Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto.

O resumo das opiniões feito pelo presidente da Andima, Carlos Brandão, mostra que estes economistas estão pessimistas quanto às tendências econômicas do próximo ano, pois a política monetária continuará frouxa, o perfil da dívida interna não será modificado, a carga fiscal penalizará as empresas eficientes e terá reflexos nos preços. Caso o pacote não surta o efeito esperado, a inflação poderá atingir índices de 15% ao mês, obrigando o governo a tomar medidas drásticas, tipo choque heterodoxo na economia, como ocorreu na Argentina, segundo o prognóstico dos economistas.

Para o economista Paulo Guedes, professor da PUC, existem muitos defeitos no pacote, até mesmo na injustiça fiscal de excluir militares e magistrados no aumento do Imposto de Renda, deixando ainda subsídios e incentivos fiscais intocados. Segundo ele, não se cortam os gastos governamentais e se aumentam os impostos, numa tentativa de zerar o déficit operacional do governo, mas não o déficit nominal, o único que traria redução da inflação.

Em sua opinião, caso haja tempo para estas medidas surtirem efeito e desacelerarem um pouco a inflação que já passou para o patamar dos 15%, mostrando uma tendência inflacionária para 1986 de 300%, o governo terá conseguido o seu objetivo que é de segurar a inflação em 200%, até as próximas eleições. Paulo Guedes acha que o governo Sarney não tem condições políticas para realizar um combate mais efetivo à inflação, razão por que esse pacote deveria ser olhado com tolerância, pois é o factível e viável no momento.

Para ele, o perigo está no índice inflacionário bater durante três meses o nível de 15 a 16%, como a tendência nos últimos meses já vinha mostrando, o que deixará o governo acuado, e até pressionado por eleições diretas. Nesse caso, acha ele que, com a adoção do índice único para a economia e como já existe dentro do próprio governo um núcleo de economistas favoráveis ao plano heterodoxo da Argentina, o governo poderá adotar uma variante do Plano Austral.

O economista Virgílio Gibbon, superintendente da Bolsa de Valores do Rio, disse que a demanda por bens de capital já começa a declinar, demonstrando que a reativação da economia pela ocupação da capacidade instalada chega ao fim, restando agora a pressão nos preços pelo aquecimento da demanda interna. Esse pensamento também foi espousado pelo economista Uriel Magalhães, professor da FGV, que destacou que o Brasil deverá conseguir o superávit de US\$ 12 bilhões na balança comercial, graças à expansão da economia internacional, notadamente os Estados Unidos.

Uriel Magalhães afirmou que a adoção do índice único, fazendo com que no mês passado a correção cambial atingisse 9,27% contra uma inflação de 15% trará de imediato problemas na balança comercial, porque a demanda internacional por produtos manufaturados e semimanufaturados está expandindo-se, e ela tem duas vezes maior peso que a taxa cambial no desempenho das nossas exportações.

Carlos Brandão disse que alertou o pessoal do Banco Central de que o governo terá dificuldades para girar a dívida interna, caso haja tributação excessiva no **overnight**, e que a dívida interna, já com Cr\$ 230 trilhões e devendo atingir de 520 a 600 trilhões no final de 86, poderá trazer dificuldades enormes para o governo, caso os mecanismos atuais sejam alterados. Paulo Guedes disse que o pensamento do Banco Central é de que o dinheiro para o curto prazo, de um a três dias, não tem para onde correr, podendo o governo tributar que não haverá evasão significativa.

Virgílio Gibbon disse que o pacote não irá alterar as aplicações do governo no setor social, que continuará desatendido e exercendo tamanha pressão que favorecerá aos partidos de esquerda. Paulo Guedes concordou com essa idéia, afirmando que o pacote aumenta a carga tributária para beneficiar uma classe média alta, que está escondida nos altos cargos públicos, levando o governo Sarney a se defrontar mais uma vez com a onda avassaladora de partidos como o PDT e o PT, que mostram sensível crescimento pela insatisfação social reinante no País.